

AFINAL NEM TODOS VOTAM EM MANJACAZE!

LOCALIDADE URUBANDA - SP LOCAL ESCOLA 2 DE MANJACAZE

Código da Assembleia de Voto
(Código do Canteiro Principal) 03000102

Nº dos Votos Complementares

PR	AR	AP
Número de Votos <u>515</u>	Número de Votos <u>515</u>	Número de Votos <u>515</u>
Número de Votos na Urna <u>515</u>	Número de Votos na Urna <u>515</u>	Número de Votos na Urna <u>515</u>

Assinatura dos Membros da Mesa e Cartório

Presidente: [Assinatura] Vice-Presidente: [Assinatura] Secretário: [Assinatura] 1º Escrivão: [Assinatura] 2º Escrivão: [Assinatura]

3º Escrivão: [Assinatura] 4º Escrivão: [Assinatura]

Relatório de Investigação nº 3

Afinal nem todos votam Em Manjacaze!

Editor

Luís de Brito

Autores

Egídio Chaimite
Salvador Forquilha

Projecto “O Eleitor Evanesciente: Análise da participação/abstenção eleitoral em Moçambique”,
financiado pelo DFID

Relatório de Investigação nº 3

Maputo
2015

Título

Afinal nem todos votam em Manjacaze!

Editor

Luís de Brito

Copyright © IESE, 2015

Instituto de Estudos Sociais e Económicos
(IESE)
Av. Tomás Nduda 1375
Maputo, Moçambique

Telefone: + 258 21 486043

Email: iese@iese.ac.mz

Website: www.iese.ac.mz

É proibida a reprodução, total ou parcial, desta
publicação para fins comerciais.

Maputo, Outubro de 2015



INTRODUÇÃO

A abstenção eleitoral é um fenómeno complexo, cuja explicação está ligada a uma multiplicidade de factores individuais e institucionais, com destaque para aqueles que se referem a recursos (nomeadamente, escolaridade, condição socio-económica, informação disponível, etc.), à motivação instrumental (isto é, o desejo de influenciar o curso das políticas públicas) e à capacidade de mobilização das instituições, sobretudo os partidos políticos e as instituições de gestão eleitoral (Franklin N., 2003; Barreto, 2008). Embora todos esses factores tenham que ser tomados em consideração de igual modo, a capacidade de mobilização das instituições, ou seja, o efeito das instituições no comparecimento dos eleitores às urnas é um factor particularmente importante na análise da abstenção, porque não só explica as razões da abstenção, como também a sua variação de país para país

(Powell, 1986; Jackman, 1987; Lijphart, 1997).

Com efeito, mecanismos institucionais relacionados com a maneira como é feito o recenseamento eleitoral, o tipo de sistema eleitoral, a frequência e o período da realização das eleições, a natureza obrigatória ou facultativa do voto, entre outros aspectos, são variáveis extremamente importantes que ajudam a compreender as razões da variação da abstenção (Lijphart, 1997, p.2). De facto, é o que Sinnot (2003) chama facilitação institucional e que, para o caso de Moçambique, é um factor explicativo extremamente relevante. Daí que a dimensão institucional constitua um dos aspectos cruciais do modelo explicativo que orienta a pesquisa “O Eleitor Evanesciente”, desenvolvida em três locais: Murrupula (Nampula), Manjacaze (Gaza) e a cidade da Beira (Sofala).

Focalizado no distrito de Manjacaze, este relatório de pesquisa procura analisar o fenómeno da abstenção eleitoral olhando para a dimensão institucional das eleições em Moçambique, com destaque para o funcionamento dos órgãos de gestão eleitoral, a organização dos processos eleitorais e os incentivos institucionais para o voto, nomeadamente a provisão de serviços públicos.

O relatório segue uma abordagem qualitativa, fazendo uso de entrevistas semi-estruturadas, discussões em grupos focais e observação directa em cinco povoações, nomeadamente três no posto administrativo de Chidenguele (Bahule, Mungoi e Massango), uma no posto administrativo de Chibonzane (Machuchuvane) e uma no posto administrativo de Manjacaze-sede (Vila de Manjacaze).

As povoações acima mencionadas foram seleccionadas com base em informação recolhida durante a administração do inquérito por questionário, que teve lugar em todo o distrito de Manjacaze, abrangendo 1000 inquiridos. Com efeito, a informação recolhida durante a administração do inquérito por questionário dava indicações de ter havido uma abstenção significativa nas cinco povoações acima mencionadas nas eleições de 2014. Aliás, três das povoações acima mencionadas (Bahule, Mungoi e Massango) localizam-se no posto administrativo de Chidenguele, onde a abstenção tem sido historicamente a mais alta do distrito.

No total foram efectuadas 44 entrevistas semi-estruturadas e 15 discussões em grupos focais. Das 44 entrevistas efectuadas, 36 foram feitas com cidadãos abstencionistas e oito com cidadãos não abstencionistas. Os cidadãos abstencionistas foram identificados fundamentalmente com recurso à técnica da “bola de neve”, mas houve casos também em que as discussões em grupos focais serviram de oportunidade para identificação de abstencionistas.

Relativamente aos grupos focais, foram constituídos 15 grupos focais com base em sexo, idade e participação eleitoral (se alguma vez votou ou não) [1]. Os 15 grupos focais tiveram a seguinte composição:

- Cinco grupos focais de homens (abstencionistas e não abstencionistas);
- Quatro grupos focais de mulheres (abstencionistas e não abstencionistas);
- Um grupo focal de mulheres (abstencionistas);

- Cinco grupos focais de homens e mulheres (abstencionistas e não abstencionistas).

Houve também entrevistas com lideranças comunitárias, autoridades administrativas locais e representantes de partidos políticos, nomeadamente Frelimo, Renamo e MDM.

O relatório desenvolve o argumento segundo o qual, o contexto institucional em que as eleições ocorreram, marcado, por um lado, pela sazonalidade do funcionamento dos órgãos de gestão eleitoral a nível local, a improvisação na constituição e funcionamento das brigadas móveis de recenseamento e, por outro lado, pelos fracos incentivos institucionais para o voto, nomeadamente a provisão de serviços públicos, é um dos factores explicativos importantes da abstenção eleitoral em Manjacaze. O argumento é desenvolvido em duas partes. Na primeira, o relatório analisa as implicações do contexto institucional (sazonalidade dos órgãos de gestão eleitoral e improvisação no funcionamento das brigadas móveis) para o processo eleitoral e, particularmente, a abstenção eleitoral; na segunda, focaliza-se nos incentivos institucionais, nomeadamente o processo da provisão de serviços públicos a nível local, procurando analisar a sua relação com o voto. Para além disso, o relatório olha igualmente para as dinâmicas políticas locais, particularmente no que se refere ao controlo político, à intolerância política, à identificação partidária e sua relação com a participação/abstenção eleitoral.

[1] As entrevistas e as discussões em grupos focais foram realizadas em Português, Ci-xangana e Ci-chope com recurso à tradução feita por três membros da equipa de pesquisa falantes dessas línguas. Os extractos das entrevistas e das discussões em grupos focais reproduzidos no relatório reflectem o mais fielmente possível as gravações efectuadas durante a pesquisa. Por causa da sensibilidade dos assuntos abordados, alguns entrevistados e participantes nas discussões nos grupos focais pediram o anonimato. Nesse caso, estão referenciados apenas por iniciais escolhidas arbitrariamente. Muitos dos participantes nos grupos focais foram também entrevistados individualmente.

SECÇÃO 1

Contexto institucional e abstenção: uma relação importante

O contexto institucional, particularmente no que se refere à administração eleitoral, tem uma influência clara na abstenção

O efeito do contexto institucional na participação/abstenção eleitoral é um assunto que tem merecido a atenção dos estudiosos de eleições desde os anos 1930 (Lijphart, 1997). Nos anos de 1980, por exemplo, embora reconhecendo a importância da variável cultural (em termos de cultura política) para explicar a variação das taxas da participação em democracias industriais, Jackman (1987) sublinha, na linha de Powell (1986), que os arranjos institucionais têm um impacto nas taxas de participação eleitoral.

Para o caso de Moçambique, os poucos estudos que existem sobre a abstenção eleitoral (Serra, 1999; Brito et al., 2005; Mazula, 2006) não analisam particularmente o efeito do contexto institucional na participação/abstenção eleitoral. Porém, na sua proposta de programa de pesquisa sobre abstenção eleitoral em Moçambique, Brito (2007) sugere que se explore a questão da “relação entre a qualidade e transparência da administração eleitoral e a abstenção” (Brito, 2007, p.8).

Uma análise do efeito do contexto institucional sobre a abstenção eleitoral em Moçambique teria que ir além dos habituais aspectos relacionados com o sistema eleitoral, o carácter facultativo ou obrigatório do voto, o sistema partidário, etc., para se interessar também pelas dinâmicas do funcionamento das instituições de gestão eleitoral, olhando para aspectos ligados à maneira como se processa o recenseamento eleitoral, às campanhas de educação cívica, à votação, assim como ao carácter sazonal dos órgãos de administração eleitoral a nível distrital e ao seu efeito na participação/abstenção eleitoral. É o que vamos analisar, ainda que brevemente, nas linhas que se seguem, focalizando a atenção no distrito de Manjacaze.

O distrito de Manjacaze e a guerra

O distrito de Manjacaze localiza-se na parte sudeste da província de Gaza e faz limite com os distritos de Chibuto (Gaza) e Panda (Inhambane) a Norte, o Oceano Índico a Sul, os distritos de Panda, Inharrime e Zavala (Inhambane) a Este e os distritos de Chibuto e Xai-Xai (Gaza) a Oeste. Com uma superfície de 3.685 km², uma população estimada em 175.607 e uma densidade populacional de 47,7 hab/km², Manjacaze é povoado essencialmente por dois grandes grupos etnolinguísticos, nomeadamente os Xangana e os Chope. O distrito é atravessado pela Estrada Nacional nº 1 (EN1), única rodovia que liga o Sul e o Norte de Moçambique, e possui sete postos administrativos: Chalala, Chibonzane, Chidenguele, Macuácuá, Manjacaze-sede, Mazucane e Nguzene. Localizada no interior, a sede distrital de Manjacaze possui três ligações com a EN1, sendo uma completamente asfaltada e as outras duas de terra batida. Existe uma ligação rodoviária entre a sede distrital e os restantes seis postos administrativos, incluindo as 15 localidades.

A economia local, baseada na agricultura, ressentia-se significativamente da crise da indústria do cacau (Ribeiro, 2004). Dados do II censo agro-pecuário indicam que Manjacaze possui 37.526 pequenas e médias explorações agro-pecuárias, numa área de 71.817 hectares de área cultivada (INE, 2013). Além disso, Manjacaze possui uma costa, nomeadamente no posto administrativo de Chidenguele, que nos últimos anos tem acolhido investimento na área de hotelaria e turismo. Informação estatística do INE mostra que até ao ano de 2013, a rede escolar de Manjacaze era composta por um total de 182 estabelecimentos escolares, dos quais 106 do Ensino Primário do I Grau, 60 do Ensino Primário do II Grau, 10 do Ensino Secundário Geral I e 6 do Ensino Secundário Geral II (INE, 2013). Relativamente à rede sanitária, até 2012, o distrito contava com 20 unidades sanitárias, sendo 19 centros de saúde e um hospital rural (INE, 2013). Em quatro das cinco povoações onde decorreu a pesquisa, as populações locais percorrem, em média 10 Km, para chegar a uma unidade sanitária.

No que se refere ao acesso à água, de acordo com os dados do censo de 2007, 54,8% dos agregados familiares consomem água de poços sem protecção (a céu aberto), 20,2% consomem água de poços protegidos, 12,6% dos agregados familiares recorrem a rios, lagos, lagoas e água de chuvas e 9,7% bebem água de fontanários, um valor abaixo da média provincial, que se situa em 20,4% (INE, 2013). Quanto ao acesso à energia eléctrica, os dados do censo de 2007 mostram que, em Manjacaze, apenas 2,7% dos agregados familiares têm a electricidade como fonte de energia nas suas habitações. Trata-se de uma cifra que está muito abaixo da percentagem média dos agregados familiares com acesso a energia eléctrica na província de Gaza, 12,3% (INE, 2013).

À semelhança do que aconteceu em outros distritos da província de Gaza, a guerra foi particularmente intensa e violenta em Manjacaze. De acordo com os relatos recolhidos nas entrevistas e discussões em grupos focais, a primeira aparição dos guerrilheiros da Renamo em Manjacaze data do início dos anos 1980, com algumas acções esporádicas, nomeadamente de sabotagem da linha férrea e ataques localizados na EN1. Nesse período, a vila de Manjacaze não sofreu qualquer acção directa dos guerrilheiros da Renamo, embora fossem vistos em zonas circunvizinhas da vila, nas suas passagens em direcção à EN1. Porém, a situação mudou significativamente a partir de 1987, ano em que a Renamo atacou a vila de Manjacaze e massacrrou quase uma centena de habitantes (Ribeiro, 2004). Um dos entrevistados descreveu da seguinte maneira as primeiras incursões da Renamo na vila:

“A Renamo aqui na vila só entrou em 1987. Antes, eles [a Renamo] só passavam para Chibuto ou iam sabotar a linha férrea que sai de Macuácuá e Chicombo [linha Xai-Xai - Manjacaze, que ia até Macuácuá]. Então, cortavam a linha férrea e depois iam até à EN1, faziam alguns ataques por aí e voltavam para as bases. Não eram tão violentos assim... Mas a partir de 1987 foi diferente. No dia 10 de Agosto de 1987 a Renamo atacou pela primeira vez a vila de Manjacaze. Morreu muita gente... As pessoas foram apanhadas de surpresa e até mesmo os militares do Governo. Porque só havia treze

militares a guarnecer a administração e não conseguiram resistir. Naquele dia, a Renamo chegou aqui à madrugada, ficou quase todo o dia e por volta das dezasseis horas saíram e foram-se embora. Depois, apareceram mais vezes.” [2]

Portanto, inicialmente, a vila de Manjacaze tinha sido poupada pelas investidas dos guerrilheiros da Renamo. Para alguns entrevistados, isso explica-se pelo facto de a Renamo ter associado a vila à figura de Eduardo Mondlane, cujos ideais, nos seus contactos com as populações locais, dizia respeitar. Mas a acção da Renamo passou a ser mais violenta a partir de 1987, na sequência dos ataques que sofria a partir da vila de Manjacaze, protagonizados pelas milícias governamentais, que tinham sido treinadas para proteger a vila. A este propósito, dizia um dos entrevistados:

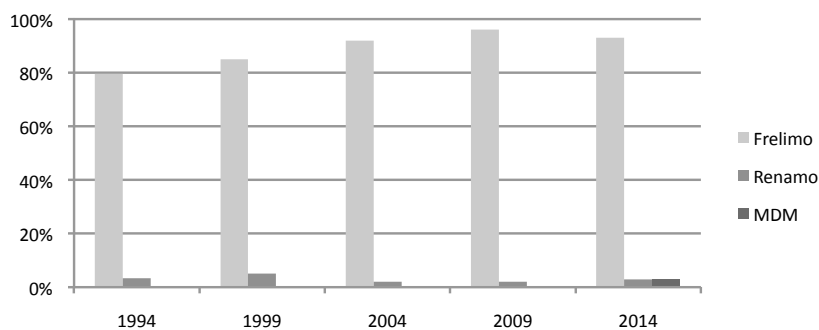
“Desde o primeiro ataque à vila de Manjacaze, a 10 de Agosto de 1987, a Renamo passou a ser mais violenta. Antes disso, aqui, a Renamo não era assim. O que aconteceu foi o seguinte: nos primeiros contactos que a Renamo teve com as populações aqui no distrito de Manjacaze sempre dizia que ‘nós não estamos contra os ideais de Eduardo Mondlane, estamos contra a política marxista, e a vila de Manjacaze, para nós, representa aquilo que é Eduardo Mondlane e é por isso que nós não queremos atacar a vila’. E de facto, tinham ficado muito tempo sem atacar a vila. Eles [a Renamo] começam a atacar a vila em 1987 por causa das milícias do Governo que guarneciam a vila aqui. Às vezes, as milícias do Governo lançavam ataques contra os guerrilheiros da Renamo.” [3]

A intensidade e a violência que a guerra assumiu em Manjacaze, deixaram marcas importantes do ponto de

vista da estruturação do campo político a nível local. Mas esse não é o único elemento importante nesse sentido. O outro elemento é o facto de Eduardo Mondlane, o primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique, ser oriundo do distrito, algo que tem sido mobilizado pelo partido Frelimo como recurso político importante visando captar o apoio da população local.

Neste contexto, a ligação histórica de Manjacaze com as origens da Frelimo, aliada à violência da guerra civil, que a opôs à Renamo, sobretudo a partir do massacre de 10 de Agosto de 1987, tem funcionado como um factor importante da implantação e influência da Frelimo a nível local e está na origem da atitude de repulsa das populações locais em relação à Renamo, especialmente da parte dos adultos e idosos, que são os segmentos populacionais que ainda guardam vivas as memórias da guerra civil. Aliás, desde as primeiras eleições multipartidárias de 1994, os resultados eleitorais têm mostrado sistematicamente o quão difícil Manjacaze é para os partidos da oposição, particularmente a Renamo (gráfico 1). Todavia é importante referir que, no contexto da abertura política que o país vive desde o início dos anos 1990, essa influência da Frelimo junto das populações locais tem vindo a sofrer uma erosão ao longo do tempo, particularmente no seio dos mais jovens, que não viveram as experiências da guerra civil e têm um maior acesso à informação. Isso é particularmente visível sobretudo nos últimos anos com a chegada do MDM à vila sede de Manjacaze, onde nas eleições autárquicas de 2013 conseguiu eleger um membro para a assembleia municipal local.[4] Neste contexto, a manutenção da influência da Frelimo tem sido, cada vez mais, resultado do recurso a mecanismos de controlo político, particularmente intenso em momentos eleitorais.

Gráfico 1. Voto no distrito de Manjacaze (1994-2014)

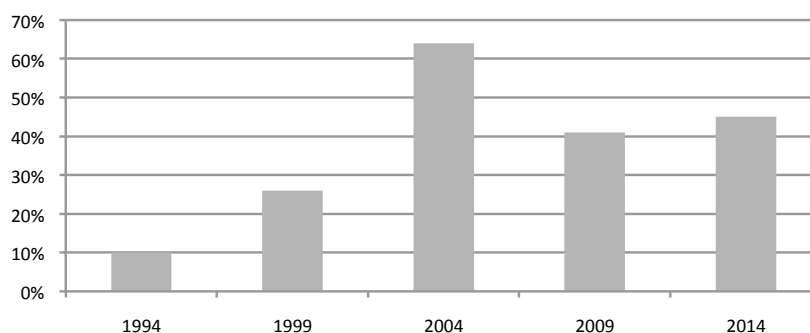


Fonte: Dados da Comissão Nacional de Eleições.

Apesar de os números oficiais mostrarem uma alta participação eleitoral na província de Gaza em geral, e de maneira particular em Manjacaze, a abstenção é uma

realidade igualmente presente e segue o mesmo padrão do resto do país (uma subida acentuada de 1994 a 2004 e uma relativa estabilização de 2009 a 2014) (gráfico 2).

Gráfico 2. Abstenção no distrito de Manjacaze (1994-2014)



Fonte: Dados da Comissão Nacional de Eleições.

Que factores explicam a abstenção neste contexto? Quem são os eleitores que preferem ficar em casa a ir às urnas? Como explicar as supostas altas taxas de participação, num contexto em que a oferta de serviços básicos, nomeadamente educação, saúde e água, segue praticamente o mesmo padrão que o resto do país, ou

seja, apresenta as mesmas dificuldades em termos de cobertura e qualidade? Vamos procurar explorar em seguida alguns factores na origem da abstenção em Manjacaze, olhando particularmente para as dinâmicas do funcionamento das instituições de gestão eleitoral e o incentivo para o voto, em termos de provisão de serviços básicos.

[2] Entrevista com Arnaldo Manhique, ex-militar das tropas governamentais e membro da assembleia municipal de Manjacaze pelo MDM. Manjacaze, 6 de Julho de 2015.

[3] *Ibidem*.

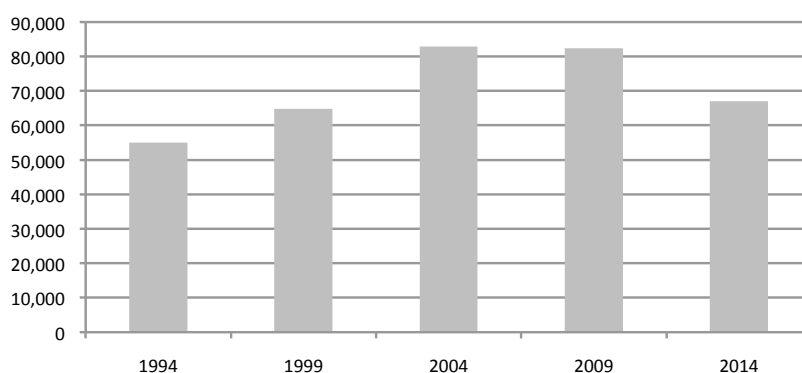
[4] A vila de Manjacaze faz parte das primeiras 33 autarquias locais criadas em Moçambique, no âmbito da lei 2/97.

Recenseamento eleitoral: Um processo cheio de desafios

O recenseamento eleitoral é um dos aspectos mais complexos dos processos eleitorais em Moçambique. Essa complexidade resulta, por um lado, do contexto político extremamente tenso que tem caracterizado o processo político moçambicano e, por outro lado, das

condições materiais objectivas em que o recenseamento ocorre. De acordo com os dados da Comissão Nacional de Eleições, o distrito de Manjacaze recenseou 54.923 eleitores em 1994, 64.834 em 1999, 82.935 em 2004 e 67.080 em 2014 (gráfico 3).

Gráfico 3. Eleitores recenseados no distrito de Manjacaze (1994-2014)



Fonte: Dados da Comissão Nacional de Eleições.

Em que condições ocorre o recenseamento no distrito de Manjacaze e como é que isso afecta a participação/abstenção eleitoral?

Desde as primeiras eleições multipartidárias de 1994, os ciclos eleitorais têm sido marcados por uma grande instabilidade do ponto de vista da legislação. Com efeito, os processos eleitorais têm sido sucessiva e sistematicamente precedidos por mudanças da lei eleitoral. Resultado de tensões políticas recorrentes entre as principais forças políticas, essas mudanças na legislação afectam significativamente não só o funcionamento dos órgãos de gestão eleitoral, como também as próprias operações eleitorais, na medida em que a aprovação tardia da legislação coloca uma grande pressão sobre os calendários eleitorais, em termos de formação do pessoal e execução do processo. Isso é particularmente visível em questões como o recenseamento, a educação cívica e a própria votação. No

que se refere ao recenseamento, por exemplo, a aprovação tardia da legislação eleitoral afecta o período da preparação do processo, a formação dos recenseadores (recrutados localmente), o calendário do recenseamento e as próprias metas fixadas para cada local. De acordo com a informação disponibilizada pelo Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE), o distrito de Manjacaze nas eleições gerais de 2014, recenseou 67.080 eleitores, o que, segundo os ex-funcionários do STAE local, corresponde a cerca de 90% da meta inicialmente fixada.[5] Isso significa que houve potenciais eleitores que ficaram fora do processo eleitoral. Neste sentido, as mudanças constantes na legislação eleitoral, sobretudo nas condições em que elas ocorrem (sob tensão política e com a aprovação tardia da legislação), não permitem que o recenseamento possa abranger o máximo possível da população em idade eleitoral.

Mas o não alcance das metas de recenseamento não é apenas resultado da aprovação tardia da legislação eleitoral. Ele resulta igualmente da escassez de meios por parte da própria administração eleitoral. Com efeito, a exiguidade e as avarias constantes dos computadores, aliadas à fraca capacidade dos próprios recenseadores (operadores dos computadores) recrutados localmente, são grandes constrangimentos do processo de recenseamento.

As avarias constantes dos computadores, por exemplo, contribuíram para que parte dos eleitores, sobretudo em zonas distantes da vila sede e das sedes dos postos administrativos, abandonasse o processo de recenseamento eleitoral. A este propósito, um líder comunitário comentou:

“Eu vou contar o que vi em Mungoi. Lá, de facto, houve muitos problemas de avaria de computadores. As pessoas iam lá, voltavam; iam, voltavam; iam, voltavam. Muitas pessoas acabaram por desistir por causa disso. As pessoas não se recensearam, desistiram de vez. Porque veja: a pessoa sair daqui para Mungoi, percorrer 12 km, vai lá três a quatro vezes sem conseguir recensear-se, a pessoa perde a paciência e desiste. Mesmo eu, fui lá a primeira vez, as máquinas estavam avariadas, voltei. Fui a segunda vez, as máquinas estavam avariadas, voltei. Fui a terceira vez para lá, foi quando consegui recensear-me e naquele dia havia muita gente na bicha.”[6]

Com base nas entrevistas e discussões em grupos focais constata-se que as zonas de Manjacaze desprovidas de postos de recenseamento e, por isso mesmo, de mesas de votação são também as mais desprovidas em termos de provisão de serviços básicos, nomeadamente educação e saúde. No caso de Bahule, por exemplo, onde o posto de recenseamento mais próximo ficava a cerca de 12 km, os habitantes da povoação percorrem perto de 20 km para chegar ao centro de saúde de Chidenguele, que é a unidade sanitária mais próxima. Existe, por conseguinte, uma espécie de dupla marginalização, nomeadamente política (distância em relação aos postos de recenseamento e mesas de votação) e social (distância em termos de acesso aos serviços básicos).

Um ex-funcionário do STAE de Manjacaze, referindo-se às eleições de 2014, descreu o processo de recenseamento da seguinte maneira:

“O uso dos *mobiles* [computadores] em si não é problema. O problema é onde nós estamos. Eu estou a falar de Manjacaze. Aqui, para apanhar um indivíduo que vem de Macuácuva [um dos sete postos

administrativos de Manjacaze], um indivíduo que nunca viu *mobile*, a dominar o uso de *mobile* como digitador, entrevistador, é difícil. É aqui onde começa o problema. Então, temos que redobrar esforços no sentido de termos pessoas com alguma capacidade para usar as máquinas sem grande problema. Imagine um recenseador que está a trabalhar em Memo [uma localidade que fica a mais de 40 km da vila sede de Manjacaze] durante o recenseamento e tem um problema qualquer com a máquina. Às vezes não é grande problema, é só porque o papel encravou na impressora ou então desligou-se um botão qualquer, isso já é motivo para *stress* para aquele recenseador. Em 2014 tivemos muitos casos desses e muitas vezes ligavam para o STAE distrital: ‘Sr. Director, a máquina avariou’. Aí, nós tínhamos que explicar por telefone e às vezes tínhamos que nos deslocar até lá. E isso não era só numa localidade ou num posto administrativo, era em todo o distrito, o que significava custos elevados em combustível para deslocações e também cansaço, porque tínhamos que trabalhar 24 sobre 24 horas. E tínhamos pouco pessoal para dar assistência técnica aos colegas espalhados pelos postos administrativos e localidades. Aqui em Manjacaze só éramos três pessoas capazes de dar assistência técnica: o chefe das operações, um técnico e eu próprio [director]. Então, aí tínhamos que nos desdobrar, mas com um único carro. Mais tarde deram-nos mais um carro; ficámos com dois carros. Mas mesmo assim, com dois carros, não dava para fazer grande coisa porque a demanda era muito grande. Já viu o quê? Sair daqui [vila de Manjacaze] ir para Memo para ir tirar um papel que encravou na impressora, voltar. E depois há um outro problema não sei aonde. Às vezes era só um *restart* porque o computador ficou stressado e precisava apenas fazer um *restart*. Depois sair daqui a correr para Chiducwane, Denguine para ir resolver isso. Ficávamos completamente cansados por andar todos os dias... dias e noites. A dado momento, quando os problemas ultrapassavam as capacidades do distrito, aí tínhamos que levar as máquinas para Xai-Xai, reparar e voltar, ir devolver as máquinas às brigadas. Isso levava um dia e naquele dia as pessoas percorriam 15 km para o posto de recenseamento, chegavam lá e a máquina não estava, ou estava avariada. Tinham que voltar 15 km para as suas casas. São 30 km! E depois voltar novamente num outro dia, mas como o recenseamento é dois meses, as pessoas acabavam voltando para se recensear. Mas houve gente que acabou ficando sem voltar aos postos de recenseamento por causa desses problemas.”[7]

A questão da fraca capacidade dos recursos humanos envolvidos no processo de recenseamento está também relacionada com a maneira como as instituições de gestão

eleitoral, particularmente o STAE, funcionam a nível local. Com efeito, diferentemente dos níveis nacional e provincial onde o STAE funciona numa base permanente, o STAE a nível distrital funciona numa base sazonal, isto é, em função dos períodos eleitorais. Na prática, isso significa que, a nível distrital, em cada processo eleitoral, o STAE instala as equipas praticamente a partir do nada, não só em termos de recursos humanos, como também, às vezes, no que se refere a recursos materiais, nomeadamente instalações físicas para o seu funcionamento.

[5] Entrevista com Jonas, ex-funcionário do STAE distrital de Manjacaze. Manjacaze, 30 de Junho de 2015.

[6] A. M. no grupo focal em Bahule, 5 de Julho de 2015.

[7] Entrevista com Jonas, ex-funcionário do STAE distrital de Manjacaze. Manjacaze, 30 de Junho de 2015.

Um STAE sazonal

Uma das consequências da sazonalidade do STAE é a alta mobilidade de seus funcionários e colaboradores a nível distrital, facto que dificulta a sua profissionalização, na medida em que a sazonalidade não permite o desenvolvimento e a consolidação de rotinas e práticas de gestão eleitoral. Além disso, a sazonalidade do STAE é onerosa do ponto de vista de investimento em termos de recursos humanos (formação) e materiais, no sentido de que em cada novo ciclo eleitoral, o Estado investe novos recursos para formar novos recenseadores, agentes de educação cívica, colaboradores das delegações distritais do STAE e, às vezes, obras de reabilitação de edifícios para albergar as delegações distritais do STAE. Trata-se de um investimento cíclico que acontece ao ritmo dos processos eleitorais. Um dos ex-funcionários do STAE de Manjacaze colocou o impacto da sazonalidade na gestão eleitoral nos seguintes termos:

“[A sazonalidade] tem tido um impacto muito negativo de facto. Sobretudo o facto de, cada vez que há eleições, ter que recrutar novas pessoas porque dificilmente se pode contar com aquelas pessoas que participaram em processos anteriores, que já conhecem o processo. Porque se fosse possível trabalhar com mais ou menos as mesmas pessoas em várias eleições, a formação teria sido muito mais facilitada, porque estaríamos a trabalhar com pessoas que já conhecem o terreno, já conhecem as estratégias. Mas quando recrutamos um indivíduo novo, esse indivíduo primeiro tem que conhecer o terreno. Então, nós aqui em Manjacaze temos tido essas dificuldades. Eu pessoalmente tive a sorte de participar em dois pleitos eleitorais e isso também me ajudou a perceber e a conhecer plenamente as coisas. Como já tinha trabalhado no pleito passado no mesmo distrito, já conhecia algumas pessoas. Então, no processo das entrevistas [para recenseadores, agentes de educação cívica, membros das mesas de voto], a selecção foi feita olhando para isso. aqueles que tinham participado em outros processos [eleitorais]. Foi assim que conseguimos ter alguns agentes com experiência. Mas foram poucos. Quando aparecem novas pessoas é difícil porque tem que se investir na formação e aquela formação de uma semana não chega a ser satisfatória. Aquela formação não chega a

ser grande coisa porque a pessoa precisa de aprender todo o pacote eleitoral. E essa nossa fase [das operações eleitorais] é a fase mais complicada porque é a fase de implementação, fase da prática. Lá na Assembleia da República quando aprovam a lei eleitoral, os deputados discutem coisas teóricas. Mas aqui nós temos que saber pôr a teoria em prática. Então, se não há esse exercício, fica muito complicado. Há coisas que estão na lei, mas há outras coisas do dia-a-dia, da prática, que é preciso perceber ao ir trabalhar. Então, o dia-a-dia é mais complicado do que aquilo que está escrito. O dia-a-dia é que exige uma experiência, mas uma experiência que vai conciliar e vai colar perfeitamente com aquilo que é a lei. Por isso é que a questão de profissionalização seria muito boa coisa. O STAE no distrito devia ser um órgão profissionalizado, com indivíduos já formados e que têm um caminho já percorrido no processo. Eu acho que isso iria ajudar muito.”[8]

Neste contexto, a sazonalidade do STAE a nível distrital, cristalizada na alta mobilidade dos seus colaboradores, afecta o desempenho da administração eleitoral em todas as operações eleitorais, particularmente o recenseamento eleitoral e as campanhas de educação cívica, um elemento fundamental na mobilização dos eleitores para o voto. Por conseguinte, pode-se considerar que a maneira como a administração eleitoral funciona a nível local é um dos factores importantes a tomar em consideração na análise e explicação do fenómeno da abstenção eleitoral.

Mas se a aprovação tardia da legislação eleitoral, a exiguidade de meios, a sazonalidade do STAE a nível local afectam as operações eleitorais, contribuindo por via disso para o fenómeno da abstenção, é sobretudo a questão das brigadas móveis e das distâncias entre as mesas de votação e os locais de residência, que, em algumas zonas, deixam eleitores recenseados sem a possibilidade de participar na votação.

[8] Entrevista com Jonas, ex-funcionário do STAE distrital de Manjacaze. Manjacaze, 30 de Junho de 2015.

Brigadas móveis: a solução que se transforma em problema

O que são brigadas móveis e como é que funcionam na prática em Manjacaze? Como é que elas afectam a abstenção eleitoral? É o que vamos discutir nas linhas que se seguem.

A legislação eleitoral estabelece que os eleitores votam no local onde se recensearam. Todavia, a dispersão geográfica dos eleitores, aliada à dificuldade do STAE em colocar postos de recenseamento em locais mais afastados dos aglomerados populacionais, não permitem que todos os eleitores possam recensear-se em postos fixos. A este respeito, a lei eleitoral em vigor determina que:

“Quando a dispersão geográfica dos eleitores ou outras circunstâncias especiais o justifiquem, o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral pode criar brigadas móveis com cobertura de um raio aproximadamente de cinco quilómetros” (Lei 5/2013, art.10).

É neste contexto que nascem as chamadas brigadas móveis de recenseamento eleitoral. Mas, se a criação das brigadas móveis é motivada pela necessidade de garantir que o recenseamento eleitoral possa abranger o maior número possível de eleitores e, por essa via, permitir que mais cidadãos possam exercer o seu direito ao voto, a realidade mostra que, paradoxalmente, em algumas zonas do país, incluindo Manjacaze, as brigadas móveis contribuem para aumentar os números da abstenção. Com efeito, as entrevistas conduzidas no âmbito desta pesquisa, nomeadamente nas povoações de Machuchuvane, Bahule e Massango mostram que nas eleições gerais de 2014 houve eleitores que não votaram, na sequência do funcionamento das brigadas móveis. É o caso, por exemplo, de eleitores de Massango, uma povoação que fica no interior do posto administrativo de Chidenguele. Desde as primeiras eleições multipartidárias de 1994, a povoação de Massango nunca teve um posto fixo de recenseamento e, consequentemente, uma assembleia de voto. Os postos de recenseamento mais próximos ficam a cerca de 9 km, nomeadamente um na sede da localidade, em Denguine, e outro numa outra povoação chamada Nhachengo. Um

dos intervenientes numa das discussões em grupos focais descreveu a situação nos seguintes termos:

“No ano passado [2014] houve uma brigada móvel que veio fazer recenseamento aqui em Massango. E os agentes de educação cívica disseram-nos para não nos preocuparmos porque no dia de votação haveria uma mesa aqui em Massango. Nós tínhamos avisado aqueles da brigada móvel: ‘Vocês se não trouxeram mesa aqui no dia 15 de Outubro, nós, população de Massango, não vamos votar porque estamos cansados de andar distâncias grandes para ir votar’. Quando chegou o dia de eleições [15 de Outubro de 2014] muita gente foi concentrar-se ali na escola. Passámos lá quase todo o dia e não veio ninguém com mesa para a gente votar. Por isso, desistimos todos. Um e outro ainda foram tentar votar ou em Denguine ou em Nhachengo. Mas daqui para lá são cerca de 9 km. Para nós, o culpado de tudo isso é o STAE, porque desde há muito tempo estamos a pedir para ter uma mesa aqui em Massango, mas nada.”[9]

Se em algumas zonas o funcionamento das brigadas móveis é um exercício previamente planificado pelo STAE, em outras parece um exercício cheio de improvisações, facto que contribui para reforçar os números da abstenção. Apesar de o STAE sublinhar que a afectação de brigadas móveis obedece a critérios claros e é coordenada entre os níveis central e local, a realidade mostra que há casos em que o processo é improvisado. Referindo-se ao processo eleitoral de 2014, por exemplo, um líder comunitário de Bahule comentou:

“Aqui houve um pequeno problema. Pequeno, mas grande. Eu falei telefonicamente com o director do STAE de Manjacaze a reclamar por causa das distâncias que as populações daqui tinham que percorrer para irem recensear-se. Ele disse que era preciso mobilizar a população de Bahule porque havia de mandar uma brigada de recenseamento para a escola de Bahule. Eu mobilizei e, de facto, o director do STAE mandou uma brigada móvel que veio trabalhar aqui em Bahule. Essa brigada móvel vinha de Mungoi [fica a 12 km de Bahule]. O posto administrativo [Chidenguele] tinha-nos pedido para escolher pessoas daqui para serem formadas como membros de mesas de voto porque

diziam que fãmos ter assembleia de voto aqui em Bahule. Depois não sei o que houve, houve problema. Lá no posto [Chidenguele] tivemos informação que, no dia de eleições, havia proposta de haver uma assembleia de voto aqui. Quando aquela brigada móvel de recenseamento que vinha de Mungoi trabalhou aqui, as pessoas estavam convencidas que no dia de eleições iam votar aqui em Bahule. Mas, um dia antes de eleições [14 de Outubro], à tarde, quando eu estava em Xai-Xai, o chefe do posto [Chidenguele] ligou-me para dizer para avisar a população que aqui em Bahule não vai haver mesas de voto. Eu tentei ligar para as pessoas, mas era difícil. Por isso no dia de eleições [15 de Outubro], o chefe do posto [Chidenguele] mobilizou algumas viaturas para poder transportar as pessoas até à assembleia de voto que estava em Mungoi [fica a 12 km] para as pessoas poderem votar. Mas aqueles que não conseguiram transporte para chegar até Mungoi, esses não foram votar; e eram muitos aqui na zona.”[10]

Como se pode constatar, a partir do extracto acima, a colocação de uma brigada móvel de recenseamento em Bahule não estava nos planos do STAE. Aliás, há relatos de cidadãos de Bahule que tiveram que percorrer mais de 10 km à procura de um posto de recenseamento, antes da chegada da brigada móvel à povoação. Na realidade, o STAE local procurou responder a um pedido formulado pelo líder comunitário, na sequência da pressão popular que houve na povoação em virtude da localização distante dos postos fixos de recenseamento. Esta improvisação, associada a falhas na comunicação entre o STAE local, as autoridades administrativas locais e a liderança comunitária, contribuiu para o não comparecimento às urnas de uma parte da população de Bahule, na medida em que, até à véspera da realização das eleições gerais de 2014, havia informação que os eleitores de Bahule, inscritos via brigada móvel de recenseamento, iriam exercer o seu direito ao voto na escola local.

Na realidade, as brigadas móveis tornaram-se uma preocupação não só para os eleitores recenseados que vivem em zonas afastadas dos grandes aglomerados populacionais, como também para as próprias autoridades administrativas locais e as lideranças comunitárias ligadas à Frelimo. Para o caso de Manjacaze, esses actores vêem os efeitos das brigadas móveis, acima mencionados, como uma ameaça importante para o alcance das metas do recenseamento eleitoral e da própria participação eleitoral. Isso é particularmente relevante no contexto da maximização

do voto da Frelimo em Gaza, onde a oposição, desde as primeiras eleições multipartidárias de 1994, tem estado a obter resultados muito pouco expressivos (gráfico 1).

Os desafios do recenseamento eleitoral, o carácter sazonal do STAE a nível local e sobretudo a criação e funcionamento das brigadas móveis, acima mencionados, sugerem que factores institucionais jogam um papel importante no comparecimento dos eleitores às urnas. Aliás, como Lijphart sublinha, ao falar da variação da abstenção entre diferentes países, “para aumentar a participação eleitoral num país, é muito mais promissor melhorar o contexto institucional do que aumentar os níveis de educação e interesse político dos eleitores” (1997, p.7).

[9] M.J. no grupo focal em Massango, 7 de Julho de 2015.

[10] A.M. no grupo focal, 5 de Julho de 2015.

SECÇÃO 2

Estado, serviços básicos, controlo político e abstenção

O difícil acesso aos serviços básicos, particularmente à educação, saúde e energia, traduz-se num sentimento de insatisfação em relação ao processo da governação local e resulta em abstenção, num contexto de fraca competição e de forte controlo político

Em Manjacaze, o Estado não tem respondido suficientemente às expectativas da população no que diz respeito a uma das suas missões essenciais, a provisão de serviços públicos básicos. A situação é particularmente grave nalgumas zonas do distrito de Manjacaze e reflecte-se numa desmobilização das populações locais em relação ao voto.

Embora uma parte da população reaja à sua marginalização deixando de participar nos processos eleitorais e, especialmente, na votação, existem outros factores que actuam em sentido contrário. Com efeito, o desinteresse pelas eleições acontece num ambiente particular: observa-se a ausência quase total de actividade de mobilização política desenvolvida pelos partidos da oposição, cuja penetração no terreno se confronta com uma forte identificação histórica da população local com o partido Frelimo, a par da existência de um sistema de controlo político exercido pela Frelimo, muito eficaz e cobrindo todo o território do distrito.

Insatisfação, serviços básicos e voto

Apesar de os processos eleitorais em Moçambique serem um fenómeno relativamente recente, as entrevistas e discussões em grupos focais realizadas no âmbito desta pesquisa mostram que o significado do voto e do comparecimento às urnas estão associados ao desejo, por parte dos eleitores, de influenciar o curso de políticas em áreas que mais directamente afectam o seu dia-a-dia, nomeadamente educação, saúde, água, energia eléctrica, etc. Neste sentido, os eleitores estabelecem uma relação importante entre o voto e a melhoria das suas condições de vida (Carbone, 2011).

O padrão da provisão de serviços básicos em Manjacaze não é substancialmente diferente do que existe em outros distritos. As estatísticas do INE referenciadas na primeira parte deste relatório mostram que o acesso aos serviços básicos é deficiente e que, nalguns casos, como por exemplo no que respeita ao acesso à água e energia, Manjacaze está abaixo da média provincial (INE, 2013).

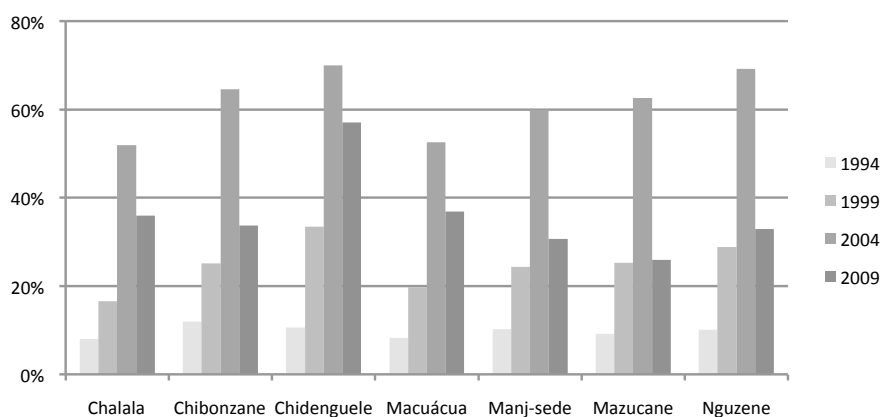
Nas cinco povoações onde decorreu a pesquisa, a situação da provisão de serviços básicos é similar àquela descrita pelas estatísticas do INE referentes a todo o distrito de Manjacaze. Apesar disso, é sobretudo nas povoações de Mungoi e Massango, no posto administrativo de Chidenguele, onde o acesso aos

serviços básicos surge como um elemento importante que afecta a participação/abstenção eleitoral. Como se pode ver no gráfico 4, Chidenguele é, historicamente, o posto administrativo com os níveis mais altos de abstenção no distrito de Manjacaze.

De acordo com a informação recolhida no terreno, nas eleições gerais de 2014, a precariedade dos serviços básicos esteve na origem da desmobilização para o voto na povoação de Mungoi. Algumas intervenções nas discussões em grupos focais mostram a maneira como os actores associam o não comparecimento às urnas ao difícil acesso aos serviços básicos:

“Quero falar isto: vocês querem saber quem votou e quem não votou? Se há algo que os magoa [aos eleitores]? Eu, que sou o mais velho deles, vou dizer o que me magoa muito. Se forem à escola, há lá um fontanário, mas para tirar água naquele fontanário é muito difícil. As senhoras para tirar água do fontanário têm que pedalar como se estivessem a andar de bicicleta. Mas sabemos que noutras zonas as pessoas usam outro tipo de fontanário que facilita tirar água. Voltando para o voto. Vamos votar, mas as mamas não aguentam porque o sítio fica longe e o caminho está cheio de areia. E depois não temos energia eléctrica. É difícil. Então, vamos votar para quê, se as nossas

Gráfico 4. Abstenção nos postos administrativos de Manjacaze (1994-2009)*



Fonte: Dados da Comissão Nacional de Eleições.

* Não existe informação disponível para 2014.

reclamações não são ouvidas? Estou muito confuso. Aqui não temos energia [elétrica], como vamos votar?”[11]

Neste contexto, além do custo elevado, que deriva das dificuldades associadas ao recenseamento e às longas distâncias que separam os postos de votação e os locais de residência (Braconnier & Dormagen, 2007), o voto se torna difícil por não haver incentivos suficientemente fortes para convencer os eleitores a comparecer às urnas, incentivos que dizem respeito a benefícios resultantes de políticas implementadas em matéria de serviços básicos. Falando do problema de energia elétrica na povoação de Massango, por exemplo, um dos intervenientes num dos grupos focais descreveu a situação da seguinte forma:

“Em 2013, convocaram os chefes [líderes comunitários] daqui [Massango], o chefe da outra povoação [Magumeto] e o chefe de Denguine. Foram reunir-se na sede do posto, em Chidenguele. Lá na reunião foram informados que havia um projecto de energia e o objectivo era ajudar a população. Disseram que se nós quiséssemos energia tínhamos que sacrificar as nossas árvores [coqueiros]. Devíamos optar entre as nossas árvores e a energia. Os chefes disseram que preferiam ter a energia, mas não sabiam como isso ia acontecer. Depois, os chefes passaram pela povoação a informar as populações sobre o projecto. Os chefes disseram-nos que, para o projecto de energia começar, devíamos cortar as nossas árvores para dar lugar aos postes de energia. Todos nós aceitámos porque queríamos ter energia. Cortaram as nossas árvores, mas depois não tivemos energia. Se nos tivessem dado energia, nós não estaríamos a lamentar por causa das nossas árvores. Veja só, cortaram as nossas árvores e não temos energia. Voltámos à estaca zero. E o pior é que os postes de energia passam mesmo aqui na nossa zona e vão até Denguine [sede da localidade]. É a população de lá que beneficia da energia. Esta é uma preocupação. As pessoas estão mesmo cansadas. Veja: uma pessoa adulta, com um pouco mais de 60 anos, plantou seus coqueiros pensando que iria colher para alimentar seus filhos e num só ano eliminam tudo. Acha que essa pessoa de 60 anos ainda vai plantar outras árvores? Quando é que essa pessoa vai colher? Essa pessoa está frustrada. E ainda chamam para ir votar? Isso não é possível.”[12]

Por conseguinte, o deficiente acesso aos serviços básicos estrutura a percepção que as populações locais têm relativamente ao Estado, à política em geral e, de uma maneira particular, ao voto. Com efeito, à semelhança do que verificámos em Murrupula, o Estado é percebido como algo de distante do dia-a-dia das populações locais (Chaimite & Forquilha, 2015). Trata-se de uma distância não só física, no sentido de que o centro das instituições do Estado se situa a dezenas de km (na sede distrital de Manjacaze, que fica literalmente no outro extremo do distrito), como também de distância simbólica, que resulta do sentimento de marginalização partilhado pelas populações locais, na sequência da dificuldade de acesso aos serviços básicos. Um dos intervenientes num dos grupos focais exprimia o seu sentimento nos

seguintes termos:

“Estamos cansados de sofrer. O Governo é que nos faz sofrer porque não se preocupa com os problemas de Massango. Desde há muito estamos a reclamar, mas o governo não resolve os nossos problemas [serviços básicos]. Veio cá o antigo governador [Raimundo Diomba], apresentámos os nossos problemas e não tivemos nenhuma solução. Ouvimos dizer que ele já foi transferido e que agora temos uma nova governadora. Mas, mesmo quando ela um dia vier cá e nós apresentarmos os nossos problemas, ela vai dizer-nos ‘estes casos eu não conheço’. Até é como se Massango não fosse Moçambique. Às vezes chegamos a pensar que Massango é uma terra vizinha de Moçambique e temos que escolher nossos deputados, ministros para nos governar em Massango, porque aqui nós não temos governo. Nós também queremos ter energia como há em outras zonas, queremos também que a nossa escola seja igual a outras escolas.”[13]

É interessante que o sentimento de marginalização é igualmente partilhado pelas lideranças comunitárias locais, que são um elemento importante não só para o trabalho político da Frelimo, como também da administração local do próprio Estado. A este respeito, um líder comunitário comentava:

“Bom, na verdade o governo está a deixar-nos muito em baixo. Desde que fui escolhido em 2001 para trabalhar para o Governo [como líder comunitário], as coisas não andam. Você trabalha, o seu esforço não é valorizado. Vou continuar a votar assim? Votar para quê? Fomos escolhidos para trabalhar para a população, mas quando nos escolheram não nos disseram nada acerca de vencimento e nem nos apresentaram aos anciãos da comunidade. Você trabalha, não recebe nada, nem pelo menos sabão para lavar a roupa, ou 100 meticais. Em Denguine, Nhachengo [povoações vizinhas], os secretários, chefes, receberam bicicletas para fazer o trabalho do governo, mas aqui [em Massango] nada, nem pelo menos uma camiseta da Frelimo, não recebemos.”[14]

Existe assim um grande sentimento de frustração, colectivamente partilhado, que joga um papel importante na desmobilização para o voto. Massango, à semelhança de outras povoações de Manjacaze e Gaza, vota massivamente na Frelimo. Por isso, na percepção das populações locais, a marginalização de que a povoação é vítima deve-se, em última análise, à própria Frelimo, que devia recompensar a povoação pela colaboração que as populações locais deram desde o tempo da revolução:

“Massango é sacrificado. No passado, a Frelimo teve muita colaboração aqui. Mesmo na construção das aldeias comunais. Nós recebemos a Frelimo aqui quando chegou [em 1975]. Aqui havia uma grande aldeia, que acolhia as populações de Chiziane, Nzofuine [povoações circunvizinhas]. Naquela altura, os programas de vacinação aconteciam aqui. Mas hoje, quando há benefícios, a Frelimo nunca se lembra de Massango.”[15]

Apesar de uma insatisfação e sentimento de frustração amplamente partilhados, a Frelimo continua sendo o partido que ganha eleições nestas povoações. O que leva as populações locais a continuar a votar na Frelimo? Porquê, apesar da insatisfação popular relativamente aos serviços básicos, a Frelimo continua a ganhar eleições nestas povoações? Um dos factores explicativos é a ligação histórica das elites da Frelimo com Manjacaze. Mas além dessa ligação, existem outros dois factores importantes, nomeadamente: a fraca competição político-partidária e o controlo político, que transforma o voto facultativo em “quase obrigatório”. Aliás, estes factores estão, em parte, igualmente na origem da participação eleitoral visivelmente “excepcional” que se regista na província de Gaza. Vamos nas linhas que se seguem, ainda que resumidamente, olhar para cada um dos dois factores acima mencionados.

- [11] Macuácua, no grupo focal em Mungoi, 8 de Julho de 2015.
- [12] Francisco, no grupo focal em Massango, 2 de Julho de 2015.
- [13] M.J. no grupo focal em Massango, 7 de Julho de 2015.
- [14] Francisco no grupo focal em Massango, 2 de Julho de 2015.
- [15] M.J. no grupo focal em Massango, 7 de Julho de 2015.

Fraca competição político-partidária

O facto de o primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique, Eduardo Mondlane, ser oriundo de Manjacaze, associado à intensidade da violência que caracterizou a guerra civil na região, contribuiu significativamente para o sentimento de aversão e intolerância para com a Renamo e os partidos da oposição em geral.

Esse sentimento de aversão e intolerância foi sendo alimentado pelas elites políticas da Frelimo junto das populações locais ao longo do tempo com base, por um lado, na exaltação dos feitos de Eduardo Mondlane e da Frelimo e, por outro, na estigmatização da Renamo, reforçada pelas memórias da guerra civil. Relativamente à Renamo, é interessante verificar que o seu melhor resultado em eleições em Manjacaze foi nos anos 1990, quando conseguiu 4% e 5% em 1994 e 1999, respectivamente, quer dizer, quando as memórias da guerra civil estavam ainda relativamente frescas. De facto, as entrevistas e discussões em grupos focais efectuadas no âmbito desta pesquisa mostram que em Manjacaze, a Renamo era muito mais actuante, com alguma actividade política, nos anos 1990. Hoje, a Renamo é praticamente inexistente em Manjacaze, exceptuando algumas zonas do posto administrativo de Chibonzane, onde reside o seu delegado. Mas é importante referir que a fraca presença da Renamo em Manjacaze não se deve unicamente aos dois factores que acima mencionámos, nomeadamente a ligação histórica da liderança da Frelimo com Manjacaze e a intensidade da violência da guerra civil vivida localmente. A fraca presença da Renamo em Manjacaze, nos últimos anos, resulta também da ausência de um trabalho político sistemático de mobilização e propaganda por parte da Renamo.[16] Aliás, isso é reconhecido pelos poucos membros que a Renamo ainda possui em Manjacaze, como é o caso da antiga chefe da sua liga feminina a nível do distrito, que descreveu a situação nos seguintes termos:

“O meu primeiro contacto com a Renamo foi em 1992, depois da guerra. Isso aconteceu assim: dois homens da Renamo encontraram-se com uma minha vizinha

no mercado da vila de Manjacaze naquele ano de 1992. Os homens pediram à minha vizinha para vir até à nossa povoação, Maússe. Quando chegaram cá, foram ter com o líder [comunitário] e falaram com ele. Me lembro que nessa altura muita gente aderiu à Renamo e foi nessa altura que eu também entrei na Renamo. Passei a participar nas reuniões do partido, nas campanhas eleitorais. Naquela altura nas campanhas eleitorais, nós fazíamos campanha “porta à porta”, mas hoje isso já não existe. A Renamo aqui em Manjacaze caiu! Não há trabalho político. Por exemplo, eu não sei de nada do que se passa com o partido [Renamo] em Xai-Xai, em Maputo e noutros lugares.”[17]

A estigmatização e o medo de represálias conduziram a maioria dos poucos membros da Renamo à clandestinidade, particularmente na vila sede de Manjacaze e arredores, facto que reduziu significativamente a possibilidade de competição política aberta. Todavia, nos últimos anos, com a chegada do MDM e a sua participação nas eleições autárquicas de 2013, onde conseguiu eleger um membro para a assembleia municipal local, o ambiente político conheceu novos desenvolvimentos. Com efeito, diferentemente da Renamo, o MDM tem tido uma actividade política mais aberta, sistemática e estruturada. Os seus membros, maioritariamente jovens, têm enfrentado a estigmatização, declarando abertamente a sua pertença partidária.

Todavia, a competição político-partidária continua muito limitada, no sentido de que o acesso ao espaço político por parte dos partidos da oposição, particularmente em períodos eleitorais, é acompanhado de maneira recorrente por cenas de violência política, envolvendo membros e simpatizantes da Frelimo e da Renamo e MDM. O único membro do MDM na assembleia municipal local, falando da campanha eleitoral para as eleições autárquicas de 2013, por exemplo, caracterizou a situação assim:

“Na campanha das eleições autárquicas houve um dia de muita escaramuça aqui na vila de Manjacaze. Houve uma guerra de um dia inteiro e eles [militantes e apoiantes da Frelimo] foram vencidos. Tudo começou assim: o secretário-geral [do MDM] estava aqui.

Estava a visitar Manjacaze. Então fomos reunir na nossa sede e eles [militantes e apoiantes da Frelimo], porque tinham aquela coisa de que o MDM não pode entrar aqui, vieram nos atacar. Nós recebemos a informação quando eles ainda estavam a sair de lá. Eles organizaram um grupo de jovens. Organizaram o tal grupo de choque, só que alguém liga de lá. Ligou e disse: 'Hoje ... cuidado! Há isto, isto; estamos a ir para aí, estamos a usar o caminho x, x'. Então, nós preparámos a nossa força e os nossos militantes já tinham isso na mente que, aqui nem que seja para haver sangue, o MDM tem que existir. Então, vieram. Primeiro, há um grupo de senhoras que estão metidas no projecto INAS, para limpeza da vila. Eles [a Frelimo] instrumentalizaram aquelas senhoras e foram as primeiras a irem fazer desordem lá na nossa sede. Chegaram a cantar, fazendo barulho ali. Prontos, quando vi aquilo e fui dizer às senhoras: 'você estão a fazer barulho, nós estamos reunidos' elas vaiaram-me e eu disse: 'você, depois não-de pagar caro, porque a resposta daqueles jovens [do MDM] que estão ali, se eu autorizar a eles... Não brinquem assim'. Elas responderam-me: 'Isso não é nada' e começaram a atirar pedras para o telhado da nossa sede. Então, eu disse aos nossos jovens: 'vão tirar aquelas senhoras dali onde estão' e a confusão começou. Houve violência, com feridos. Depois, veio a polícia. Informámos o que estava a acontecer. Depois a polícia foi-se embora. A Frelimo não ficou satisfeita e mandou um outro grupo de choque para nos atacar. Alguém nos comunicou que estava a vir um outro grupo de choque da Frelimo. Então, eu preparei os nossos jovens e disse-lhes: 'ataquem o fulano, o fulano, o fulano, que eram os cabecilhas do grupo de choque, e houve mais violência. Foi a partir daí que a Frelimo aqui em Manjacaze passou a respeitar o MDM. Hoje, nem que sejamos só cinco membros, com a nossa bandeira, camisetas podemos passar por onde estão os membros e apoiantes da Frelimo e eles não nos provocam, só de saber que o MDM que está a passar.'[18]

A implantação do MDM tem estado a acontecer num contexto marcado por uma forte hostilidade, facto que condiciona as suas actividades político-partidárias e afecta o ambiente da competição política a nível local. Além disso, é importante referir que a presença do MDM ainda continua muito circunscrita à vila sede, o que significa que a Frelimo continua a ser a única força política presente e actuante nos restantes seis postos administrativos, incluindo Chidenguele, o posto que regista as taxas mais altas de abstenção a nível de Manjacaze, onde as populações que ainda votam, têm votado massivamente na Frelimo.

Na literatura da ciência política, a questão da ligação entre democracia, particularmente eleições, e a provisão de serviços básicos é um assunto amplamente tratado. Na maior parte dos casos, embora reconhecendo-se a "mão invisível da democracia" na melhoria da provisão de serviços básicos (Lake & Baum, 2001; Carbone, 2011; Harding & Stasavage, 2014), os autores sublinham que essa ligação não é assim tão linear, na medida em que o nível da competição político-partidária joga um papel importante na maneira como os políticos abordam a questão da provisão de serviços básicos (Keefer & Khemani, 2005). Com efeito, num contexto de fraca competição político-partidária, como é o caso de Manjacaze, as eleições não funcionam necessariamente como um incentivo, por parte dos políticos, para a provisão de serviços básicos, na medida em que a sua eleição depende mais de outros factores (ligação histórica, por exemplo) do que propriamente do cumprimento de promessas eleitorais em termos de provisão de serviços básicos.

Neste contexto, as populações locais continuam a votar na Frelimo, por um lado, porque praticamente não têm contacto com outras forças políticas[19] e, por outro, por causa daquilo que a Frelimo representa no imaginário político local: uma força política, cujos fundadores são originários de Gaza. Assim, o desempenho do governo da Frelimo em termos de provisão de serviços básicos não tem um impacto significativo na preferência da maioria dos eleitores. Mas, há um outro factor a tomar em consideração para compreender as causas que levam a que as populações de Manjacaze continuem a votar na Frelimo, apesar da insatisfação em relação aos serviços básicos, o controlo político.

[16] É significativo o facto de a única bandeira da Renamo que vimos em Manjacaze durante toda a pesquisa ter sido uma bandeira guardada em casa de uma militante do partido, com medo que seja vandalizada. Ela guarda a bandeira em sua casa desde a campanha eleitoral para as eleições gerais de 1999.

[17] Entrevista com Sara, membro da Renamo. Manjacaze, 11 de Julho de 2015.

[18] Entrevista com Arnaldo Manhique, ex-militar das tropas governamentais e membro da assembleia municipal de Manjacaze pela bancada do MDM. Manjacaze, 6 de Julho de 2015.

[19] Nas cinco povoações onde decorreu esta pesquisa, apenas em Manjacaze-sede a oposição fez campanha eleitoral nas eleições gerais de 2014. De acordo com as entrevistas e as discussões em grupos focais, nas outras quatro povoações, nomeadamente Bahule, Massango, Mungoi e Machuchuvane, a Frelimo foi o único partido que fez campanha eleitoral.

Controlo político

Além das memórias da guerra civil e da identificação com as primeiras lideranças do partido, que reduzem a competição político-partidária, a hegemonia da Frelimo em Manjacaze tem sido mantida com recurso a diversos mecanismos de controlo político, particularmente nos processos eleitorais. Esses mecanismos funcionam em quase todas as etapas do processo eleitoral, desde o recenseamento até à votação (durante e depois), passando pelas campanhas eleitorais. No período de recenseamento, por exemplo, tem havido recolha sistemática de números e/ou cartões de eleitores. É importante referir que em muitos casos, os cartões de eleitores são usados como documentos de identificação para fazer face aos controlos da polícia ou ainda para aceder aos serviços de saúde. Durante as campanhas eleitorais, os grupos de choque, constituídos por jovens pertencentes à Frelimo, obstruem a actividade política dos partidos da oposição, facto que cristaliza a alta intolerância política que se vive localmente e reduz significativamente o espaço para a competição político-partidária (Brito et al., 2015).

Entretanto, se a actuação dos grupos de choque limita a participação de alguns eleitores, sobretudo

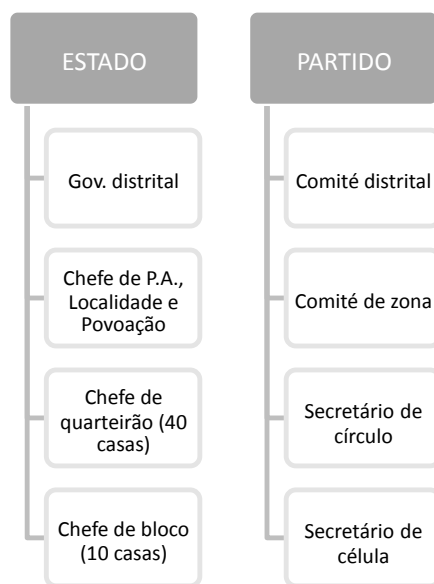
simpatizantes da oposição, o controlo durante o recenseamento eleitoral obriga outros eleitores a aderir ao processo, pelo menos parcialmente:

“Muitas pessoas se recensearam porque no recenseamento dá-se aquele cartão. Com aquele cartão, a pessoa evita problemas e é por isso que toda a gente costuma ir recensear-se. Se no recenseamento as pessoas deixassem apenas os seus nomes e não recebessem um cartão, penso que muita gente não havia de ir recensear-se. Mas como existe aquele cartão, as pessoas pensam que um dia podem chegar ao hospital, à escola, ou qualquer outro sítio e terem que provar que foram recenseadas.”[20]

Parte desses mecanismos de controlo político em Manjacaze durante o recenseamento e a campanha eleitoral já foram abordados (Brito et al., 2015). Nas linhas que se seguem, focamos a nossa atenção no período da votação e na fase posterior. Como funcionam esses mecanismos de controlo? O que garante a sua eficácia?

A pesquisa de campo mostrou que existe uma estrutura montada na véspera dos processos eleitorais. Essa estrutura é baseada, por sua vez, em duas estruturas pré-existentes: uma estatal, que vai até ao bairro, e outra

Figura 1. Estrutura de controlo político da Frelimo em Manjacaze



Fonte: Elaborado pelos autores com base na informação recolhida durante a pesquisa de campo

partidária, que atinge igualmente o bairro. A imbricação entre estas duas estruturas (administrativa e partidária) garante o pleno funcionamento do controlo político (figura 1).

É importante referir que a estrutura de controlo representada na figura 1 é herdada do período monopartidário, em que havia uma fusão entre o partido e o Estado. Hoje, embora teoricamente as duas estruturas sejam separadas, na prática funcionam como uma e única estrutura, particularmente em contextos onde há uma fraca competição político-partidária, como é o caso de Manjacaze. Com efeito, o funcionamento da estrutura, especialmente em períodos eleitorais, mostra que o controlo é mais eficaz a nível da base, dada a grande imbricação que existe entre as células e os blocos. Neste contexto, os secretários das células comunicam permanentemente com os chefes dos blocos, ao mesmo tempo que, a nível do partido, reportam aos secretários dos círculos e estes aos comités de zonas, que, por sua vez, reportam ao comité distrital. Do lado do Estado, os chefes de blocos reportam aos chefes de quarteirões, que também reportam aos chefes de povoações. Estes articulam com os chefes de localidade e dos postos administrativos, que reportam ao administrador do distrito. O administrador do distrito presta contas ao comité distrital do partido. Existe aqui uma reprodução a nível local daquilo que se passa nas relações entre o partido (Frelimo) e o Estado a nível nacional. A estrutura fica mais complexa ainda com o trabalho desenvolvido pelos chefes de aldeias e outros líderes comunitários. Mas, tal como mencionámos acima, é na base onde a estrutura se mostra mais eficaz:

“Eu posso dizer que esta estrutura é montada em coordenação com o posto, até mesmo com o distrito. Se digo que se monta em coordenação com o posto é porque o posto também tem nos ajudado naquelas reuniões que temos tido com o chefe da aldeia. O posto também dá dicas de como organizar esta estrutura para permitir esse controlo, a partir do processo de recenseamento até à votação. Eles [os chefes] explicam como controlar as pessoas. E como já é algo de há muito tempo, é uma estrutura já sólida. Mesmo com a mudança do chefe para a entrada do outro, aquele também que entra já sabe que aqui trabalha-se assim! Quando chega o tempo de trabalho [eleições] tem que ser desta maneira. Isso já é tradição. Nós estamos em coordenação com o posto. O distrito também. Naquelas reuniões, quando eles aparecem [responsáveis do posto e do distrito], explicam como é que devemos fazer esse controlo.”[21]

A estrutura de controlo que funciona a nível do distrito não é uma mera invenção local. Na verdade, o funcionamento da estrutura local depende em grande medida das orientações que são emanadas pelos responsáveis da Frelimo a partir da sede nacional em Maputo, que são transmitidas às províncias e destas aos distritos, até chegar às diferentes comunidades. Uma vez a nível das comunidades, é da responsabilidade das

lideranças locais fazer funcionar as orientações de acordo com o contexto. A este propósito, um participante num dos grupos focais descreveu a situação da seguinte maneira:

“Mas também para dizer que cada comunidade é uma comunidade. Tem a sua forma de fazer a festa e tem a sua forma de se organizar. As orientações são únicas a nível nacional, a nível provincial, a nível de cada zona e ao nível das aldeias, mas actuação de cada zona depende das pessoas que estão ali. Eu quero dizer que nesta comunidade [Machuchuvane] todas as pessoas estão envolvidas. Chegado o momento das eleições, ou de recenseamento, os líderes escolhem pessoas que não são líderes para que possam liderar esse processo [controlo/mobilização partidária]. Chama-se a isso brigada. Por exemplo, um líder comunitário, um director de escola são líderes e eles não precisam de ser mobilizados, mas lá na escola, por exemplo, existe um professor que acha que não é nada, não é líder. Esse professor pode fazer parte da brigada e talvez ele é secretário da célula [do partido] lá onde ele mora. Nesse caso, quando chega o período de eleições, em vez de ser ele a pessoa que vai fazer a mobilização, ele encarrega isso a outras pessoas da sua célula. Ele vai controlar o trabalho que os outros vão fazer. Por isso, todo o mundo aqui fica envolvido no trabalho de mobilização [controlo].”[22]

Quando o dia da votação se aproxima, o trabalho da estrutura de controlo intensifica-se. Os responsáveis pela mobilização multiplicam reuniões com a finalidade de transmitir instruções sobre em quem votar, como votar, de maneira a evitar a invalidação dos votos. A testagem da eficácia da estrutura montada é feita no próprio dia da votação:

“No dia da votação, o líder [comunitário] vota primeiro e depois fica fora para melhor controlar se as pessoas estão a votar ou não. Se estão todas as pessoas [da sua zona], ou não. Então, é a partir daí que ele está sempre em contacto com os outros chefes de zona, bloco, célula ou círculo para saber se ‘as suas pessoas’ já chegaram todas às mesas de votação. Então, a partir daí é fácil saber quem foi votar, quem ficou em casa. Já sabemos que ‘ah! Família do fulano não esteve lá’ [na mesa de votação]. Nós já sabemos, tomamos nota. Logo que se descobre que a família do fulano não aparece, procura-se saber os porquês, antes de a votação terminar. Primeiro, procura-se saber o que está a acontecer. Então, se se descobre que a família do fulano está com dificuldade, procura-se resolver a dificuldade. Por exemplo, nas eleições passadas [2014], descobriu-se que havia famílias que não conseguiam chegar às mesas de votação por causa de distâncias. Eram idosos e alguns tinham problemas nas pernas e não conseguiam andar. Arranjou-se transporte para levar essas pessoas para poderem votar e conseguiram ir votar. Portanto, há um sistema montado com tempo e bem controlado.”[23]

Para se identificar e se mobilizar famílias ou eleitores que não se fazem presentes às urnas, a actuação dos chefes dos blocos, portanto a nível da base da estrutura, é crucial. É o chefe do bloco (responsável por 10 casas a nível da base)

que, depois de tomar notas durante uma parte do dia da votação, passa pelas casas dos ausentes e, por vezes, convoca uma pequena reunião para verificar se os membros das famílias das dez casas sob sua jurisdição têm os seus dedos pintados com a tinta indelével.[24] Os que não têm os seus dedos pintados são imediatamente questionados sobre as razões e posteriormente encaminhados às mesas de votação para “regularizar” as suas situações.

Por conseguinte, os mecanismos de controlo político funcionam, por parte da Frelimo, como um elemento crucial para garantir o voto. Todavia, é importante referir que a estrutura de controlo não funciona com a mesma eficácia em todas as povoações de Manjacaze. Com efeito, em zonas, como por exemplo Massango e Mungoi, onde as lideranças comunitárias estão descontentes em consequência do sentimento de marginalização, o controlo mostra-se pouco eficaz. Provavelmente esta é, associada à insatisfação popular em relação aos serviços básicos de que falámos acima, uma das razões, entre outras, que explicam a prevalência de altas taxas de abstenção no posto administrativo de Chidenguele.

[20] Entrevista com O.U., professor primário de Machuchuvane. Manjacaze, 8 de Julho de 2015.

[21] O.U. no grupo focal em Machuchuvane, 8 de Julho de 2015.

[22] *Ibidem*.

[23] *Ibidem*.

[24] Entrevista com A. A., camponesa. Machuchuvane, 8 de Julho de 2015.

CONCLUSÃO

Com base em entrevistas semi-estruturadas, discussões em grupos focais e observação, este relatório procurou analisar o fenómeno da abstenção eleitoral a partir de dois tipos de factores, nomeadamente factores institucionais, aqueles que se referem à maneira como as instituições políticas afectam o comparecimento dos eleitores às urnas; factores instrumentais, os que consideram o voto como um instrumento para influenciar o curso de políticas públicas, particularmente em matéria de serviços básicos.

A discussão desenvolvida ao longo deste relatório mostrou que o contexto institucional em que ocorrem as eleições, marcado pela sazonalidade do funcionamento dos órgãos de gestão eleitoral a nível distrital e a improvisação na constituição e funcionamento das brigadas móveis de recenseamento afectam o comparecimento dos eleitores às urnas.

Com efeito, a partir do caso de Manjacaze, esta pesquisa mostra que a sazonalidade dificulta a profissionalização dos órgãos de gestão eleitoral a nível local, na medida em que não permite o desenvolvimento e consolidação de rotinas e práticas de gestão eleitoral, em virtude da alta mobilidade dos funcionários e colaboradores do STAE. Na sequência disso, o funcionamento sazonal do STAE, por um lado, afecta significativamente a capacidade local disponível para lidar com os actos eleitorais (recenseamento, educação cívica e votação) de maneira profissional e transparente e, por outro lado, encarece os custos das operações eleitorais a nível local, na medida em que, em cada processo eleitoral, os órgãos de gestão eleitoral começam praticamente do nada.

A exiguidade de meios e a improvisação na constituição e funcionamento das brigadas móveis de recenseamento fazem com que um número importante de eleitores fique

fora dos processos eleitorais, particularmente em zonas afastadas dos principais aglomerados populacionais. Por conseguinte, uma parte da abstenção em Manjacaze se explica pelo facto de que os eleitores recenseados, sobretudo através de brigadas móveis, não recebem do STAE as garantias necessárias para poder participar no processo de votação. Muitas vezes, os eleitores recenseados através das brigadas móveis não recebem informação correcta sobre o local a que se têm que dirigir no dia da votação para exercer o seu direito ao voto.

Mas a abstenção em Manjacaze não se explica unicamente pelo contexto institucional. Ela explica-se também pelo fraco incentivo do voto, ligado à fraca provisão de serviços básicos, nomeadamente saúde, educação, água, energia eléctrica, etc. As entrevistas e discussões em grupos focais levadas a cabo no âmbito desta pesquisa sugerem que a fraca provisão de serviços básicos alimenta nos eleitores a percepção de um Estado distante do seu dia-a-dia e, por isso mesmo, constitui um elemento importante para a desmobilização dos eleitores. Todavia, apesar da insatisfação relativamente aos serviços básicos, os eleitores de Manjacaze que comparecem às urnas, à semelhança do que acontece em outros distritos de Gaza, votam massivamente na Frelimo. Porquê? Além da ligação histórica das elites da Frelimo com Manjacaze e Gaza em geral, há, entre outras, duas razões explicativas: a) a fraca competição político-partidária, que reduz o contacto entre as populações de Manjacaze com outros partidos políticos; b) o controlo político, que transforma o voto facultativo em “quase obrigatório”.

Esta pesquisa mostra que os números oficiais que dão conta da votação massiva em Manjacaze, e em Gaza em

geral, escondem dinâmicas sociopolíticas importantes não só do funcionamento das instituições de gestão eleitoral a nível local, como também de insatisfação em relação à provisão de serviços básicos e o sentimento de marginalização, que afectam o comparecimento dos eleitores às urnas, isto é, a abstenção.

Referências

- Barreto, Á.A. de B. (2008) O Eleitor Ausente. O não Comparecimento às Urnas na Discussão das Ciências Sociais. *Civitas*. 8 (Maio-Ago), 187–206.
- Braconnier, C. & Dormagen, J.-Y. (2007) *La Démocratie de l'Abstention. Aux origines de la démobilisation électorale en milieu populaire*. Paris, Gallimard.
- Brito, L. (2007) *A Democracia à Prova das Urnas. Elementos para um Programa de Pesquisa sobre a Abstenção Eleitoral em Moçambique*. Maputo, IESE.
- Brito, L., António, B., Chaimite, E., Forquilha, S., et al. (2015) *Crónicas de Uma Eleição Falhada*. Moçambique, Outubro de 2014. Maputo, IESE.
- Brito, L., Pereira, J., Manuel, S. & Rosário, D. (2005) *Formação do Voto e Comportamento Eleitoral dos Moçambicanos em 2004*. Maputo, EISA.
- Carbone, G. (2011) Do New Democracies Deliver Social Welfare? Political Regimes and Health Policy in Ghana and Cameroon. *Democratization*. 19 (2, April), 157–183.
- Chaimite, E. & Forquilha, S. (2015) *Murrupula: Um Distrito Abstencionista*. Maputo, IESE.
- Franklin N., M. (2003) Os Enigmas da Participação Eleitoral. *Análise Social*. XXXVIII (167), 321–338.
- Harding, R. & Stasavage, D. (2014) What Democracy Does (and Doesn't do) for Basic Services: School Fees, School Inputs and Africa Elections. *Journal of Politics*. 76 (1), 229–245.
- INE (2013) *Estatísticas do Distrito de Manjacaze*. Maputo.
- Jackman, R. (1987) Political institutions and voter turnout in the industrial democracies. *American Political Science Review*. 81 (2), 405–424.
- Keefer, P. & Khemani, S. (2005) Democracy, Public Expenditures, and the Poor: Understanding Political Incentives for Providing Public Services. *The World Bank Research Observer*. 20 (1), 1–27.

Lake, D.A. & Baum, M. (2001) The Invisible Hand of Democracy: Political Control and the Provision of Public Services. *Comparative Political Studies*. 34 (6), 587–621.

Lei 5/2013 de 22 de Fevereiro. Boletim da República. Maputo, Imprensa Nacional.

Lijphart, A. (1997) Unequal participation: Democracy's unresolved dilemma. *American Political Science Review*. 91 (1), 1–14.

Mazula, B. (2006) Voto e Urna de Costas Voltadas: Abstenção eleitoral - 2004. Maputo, CEDE.

Powell, G.B., Jr. (1986) American voter turnout in comparative perspective. *American Political Science Review*. 80 (1), 17–43.

Ribeiro, F.B. (2004) Sistema Mundial, Manjacaze e Fábricas de Caju: Uma Etnografia das Dinâmicas do Capitalismo em Moçambique. Vila Real, Universidade Trás-os-Montes.

Serra, C. (1999) O Eleitorado Incapiturável. Maputo, Imprensa Universitária.

Sinnott, R. (2003) Electoral Participation/Abstention: a Framework for research and Policy-Development. Dublin, University College Dublin.

ANEXO 1. Lista de discussões em Grupos Focais

Composição	Local	Data
Homens não abstencionistas	Machachuvane (Chibonzane)	08.07.2015
Homens e Mulheres não abstencionistas	Bahule (Chidenguele)	11.07.2015
Mulheres	Bahule (Chidenguele)	05.07.2015
Homens	Bahule (Chidenguele)	05.07.2015
Homens e Mulheres	Massango (Chidenguele)	07.07.2015
Homens não abstencionistas	Massango (Chidenguele)	02.07.2015
Homens	Massango (Chidenguele)	02.07.2015
Mulheres	Massango (Chidenguele)	02.07.2015
Homens e Mulheres não abstencionistas	Mungoi (Chidenguele)	08.07.2015
Homens e Mulheres	Mungoi (Chidenguele)	08.07.2015
Mulheres abstencionistas	Mungoi (Chidenguele)	10.07.2015
Homens não abstencionistas	Manjacaze-sede	06.07.2015
Homens e Mulheres não abstencionistas	Mausse (Manjacaze-sede)	01.07.2015

ANEXO 2. Lista dos entrevistados

Nome	Sexo	Abst. / N-Abst.	Local	Data
A.C.	Mulher	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
N.A.	Mulher	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
F.R.	Mulher	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
A.M.	Homem	Não Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
B.A.	Mulher	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
Xavier	Homem	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
H.A.	Mulher	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
Z.J.	Mulher	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
Glória	Mulher	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
O.L.	Mulher	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
R.T.	Mulher	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
E.C.	Mulher	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
D.T.	Homem	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
C.C.	Homem	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
E.Z.	Mulher	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
F.M.	Mulher	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
G.A.	Mulher	Abstencionista	Bahule (Chidenguele)	09.07.2015
M.J.	Homem	Abstencionista	Massango (Chidenguele)	10.07.2015
P.Z.	Mulher	Abstencionista	Massango (Chidenguele)	10.07.2015
J.J.	Mulher	Abstencionista	Massango (Chidenguele)	10.07.2015

F.V.	Mulher	Abstencionista	Massango (Chidenguele)	10.07.2015
Francisco	Homem	Abstencionista	Massango (Chidenguele)	10.07.2015
A.P.	Mulher	Abstencionista	Massango (Chidenguele)	10.07.2015
L.X.	Mulher	Nçao Abstencionista	Mungoi (Chidenguele)	10.07.2015
J.H.	Mulher	Abstencionista	Mungoi (Chidenguele)	10.07.2015
J.M.	Mulher	Abstencionista	Mungoi (Chidenguele)	10.07.2015
Vieira	Homem	Abstencionista	Mungoi (Chidenguele)	10.07.2015
A.B.	Homem	Abstencionista	Mungoi (Chidenguele)	10.07.2015
I.M.	Homem	Abstencionista	Mungoi (Chidenguele)	10.07.2015
C.W.	Mulher	Abstencionista	Mungoi (Chidenguele)	10.07.2015
I.M.	Mulher	Abstencionista	Mungoi (Chidenguele)	10.07.2015
Macuácuá	Homem	Abstencionista	Mungoi (Chidenguele)	10.07.2015
D.J.	Mulher	Abstencionista	Mungoi (Chidenguele)	10.07.2015
L.A.	Mulher	Abstencionista	Machachuvane (Chibonzane)	08.07.2015
O.U.	Homem	Não abstencionista	Machachuvane (Chibonzane)	08.07.2015
A.A.	Mulher	Não abstencionista	Machachuvane (Chibonzane)	08.07.2015
Jonas	Homem	Não Abstencionista	Vila de Manjacaze	30.06.2015
Mathe	Homem	Não abstencionista	Malene (Chibonzane)	06.07.2015
P.A.	Mulher	Abstencionista	Vila de Manjacaze	03.07.2015
Y.D.	Homem	Abstencionista	Vila de Manjacaze	03.07.2015
Arnaldo Manhique	Homem	Não abstencionista	Vila de Manjacaze	06.07.2015
Sara	Mulher	Não abstencionista	Mausse (Manjacaze-sede)	11.07.2015
E.S.	Mulher	Abstencionista	Mungoi (Chidenguele)	10.07.2015
W.F.	Mulher	Abstencionista	Mungoi (Chidenguele)	10.07.2015



ECON0304432-(9)

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES
FOLHA CONTAGEM DE VOTANTES E DOS BOLETINS DE VOTO
DATA 15/02/2014

PROVÍNCIA NAMPULA DISTRITO NAMPULA

LOCALIDADE LIGANDU CENTRAL LOCAL ESCOLA 2 DE FL. V. Nampula

Código da Assembleia de Voto
(Código do Círculo Principal)

0	3	0	0	1	0	2

Nº dos Votos Complementares

ELEIÇÕES GERAIS E DAS ASSEMBLEIAS PROVINCIAIS

PR		AR		AP	
Número de Votantes	515	Número de Votantes	515	Número de Votantes	515
Número de Votos na Urna	515	Número de Votos na Urna	515	Número de Votos na Urna	515

Assinatura dos Membros da Mesa e Carimbo

Instituto de Estudos Sociais e Económicos

Av. Tomás Nduda 1375
Maputo, Moçambique

www.iese.ac.mz